

IPTU MAIS CARO

CORREIO BRAZILIENSE

Cristine Gentil

Da equipe do Correio

14 DEZ 1996

A briga foi feia ontem na Câmara Legislativa. Depois de um dia inteiro de negociações, o projeto do governo que previa um aumento de 67% na alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), apresentado há dois dias, foi retirado de pauta para evitar uma nova derrota. O substitutivo aprovado por 22 votos favoráveis — dois deputados não estavam em plenário — estabelece que os imóveis sem habite-se recadastrados junto à Secretaria de Fazenda pagarão a alíquota de 0,3%, a mesma dos imóveis com habite-se. Só pagarão 3% os imóveis sem habite-se que não atualizarem seus dados. O prazo previsto para o recadastramento foi reaberto. Até 28 de fevereiro de 97, os proprietários terão chance de pagar um imposto mais baixo. Os imóveis comerciais também continuam pagando a alíquota de 1%.

A proposta original do governo era aumentar a alíquota de 0,3% para 0,5% sobre os imóveis construídos localizados nas regiões centrais, o que daria um reajuste de 67%. Os imóveis comerciais pagariam um imposto 20% mais caro: a alíquota subiria de 1% para 1,2%.

“Nós não aprovaremos nenhum aumento de imposto. É filosofia do partido”, sentenciou o líder da oposi-

Carlos Moura



Governo não conseguiu aprovar o IPTU do jeito que queria e o secretário de Fazenda Mário Tinoco lamentou a perda de uma arrecadação de R\$ 40 milhões

ção, deputado Luiz Estevão (PMDB), antes da sessão. Sem o apoio do PMDB e de seus aliados, dificilmente o partido conseguiria os 13 votos necessários para aprovar o projeto, o que obrigou o governo a retirá-lo de pauta.

O secretário de Fazenda, Mário Tinoco, acompanhou do plenário todas as negociações. Ele estima que o governo arrecadaria cerca de R\$ 40 milhões se o aumento de alíquota do IPTU fosse aprovado. “A falta desse dinheiro vai trazer prejuízos para os investimentos. Essa receita não seria usada para garantir salários. Apesar disso, para manter em dia os pagamentos de salários em dia vamos ter que administrar os recursos com muita austeridade”, preocupava-se o secretário.

Este ano, foram arrecadados com

IPTU R\$ 110 milhões. Em 95, da arrecadação do IPTU R\$ 12 milhões foram gastos em investimentos. Este ano, esse valor chegou a R\$ 96 milhões. O próximo ano é uma interrogação.

Apesar do pessimismo de Tinoco, a líder do governo, deputada Lúcia Carvalho (PT), acredita que a redução do imposto para os imóveis recadastrados não vai dar mais prejuízo para o governo. “Esses imóveis pagavam uma alíquota maior porque não tinham habite-se, mas agora essas residências vão pagar o valor de mercado real, já que muitas delas aumentaram o tamanho de sua área”, acredita. Dos 500 mil imóveis do DF, 210 já se recastaram.

Nem o acréscimo de 10%, em média, no valor de mercado dos imóveis animou o secretário. Segundo

ele, esse é apenas um ajuste dos preços correspondente à inflação do período. Essa justificativa foi defendida em plenário pelo líder do PT e ex-secretário de Fazenda, deputado Wasny de Roure. Apesar disso, o deputado Peniel Pacheco (PSDB) quase inviabilizou a votação da pauta de valores venais sobre os quais incidem as alíquotas.

Irritado com o fato de não ter conseguido apoio para se eleger presidente da Mesa diretora, Peniel convenceu seus três colegas de partido a votar contra o projeto. A maioria dos deputados do PMDB, no entanto, retirou-se de plenário, já que governo e oposição tinham firmado um acordo.

“Houve depreciação dos terrenos. Aumentar a pauta de valores venais é um artifício para prejudicar os contribuintes”, acusou Peniel, da tribuna.

IMPOSTO PARA 97

Alíquota para imóveis comerciais:

1%

para terrenos vazios e imóveis residenciais sem habite-se, que não tenham sido recadastrados:

3%

para os demais imóveis residenciais recadastrados e casas em assentamentos regularizados

0,3%